



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de dois mil e vinte e três, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 009/2023, datado de 10 de maio de 2023 realizada no dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta cidade. Estavam presentes na Casa os Srs. Vereadores: Romilson Nascimento Silva, Afonso Lopes da Silva, Francisco de Souza Campos, Walter Luís Tozzi de Camargo e Silvio Luiz Telles de Menezes, bem como a sra. Elisanita Aparecida de Moraes – Secretária de Administração e Finanças. Inclusive com essas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões duas pessoas, conforme registro em lista de presença, anexado ao processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Sr. Afonso Lopes da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade que presidiu a Audiência. A seguir, convidou a sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Finanças, para compor a Mesa, auxiliando nos trabalhos. A seguir, o sr. Presidente cumprimentou a todos, explicando as razões pela qual aquela Audiência Pública estava sendo realizada e deixou claro que a mesma seria transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal através do [facebook.com/camarajaguariuna](https://www.facebook.com/camarajaguariuna) e do [youtube.com/camarajaguariuna](https://www.youtube.com/camarajaguariuna); dando abertura oficial aos trabalhos da mesma Audiência Pública. A sra. Elisanita cumprimentou a todos e deu início às seguintes apresentações gráficas: 1- Apresentação da audiência pública de Metas Fiscais 1º Quadrimestre de 2023; 2) Demonstração das receitas previstas em 2023 e as realizadas até o quadrimestre; 3) Demonstração gráfica com os percentuais de cada receita; 4) Arrecadação mensal e deduções do ICMS até o quadrimestre; 5) Apresentação das despesas previstas para o exercício e as despesas empenhadas e liquidadas até o quadrimestre; 6) Demonstração gráfica com os percentuais de cada despesa por grupo; 7) Saldo dos restos a pagar desmembrado por exercícios; 8) Saldo da dívida consolidada até o quadrimestre; 09) Detalhamento do saldo da dívida consolidada no quadrimestre; 10) Demonstração da Receita Corrente Líquida até quadrimestre; 11) Despesas com pessoal, inclusive o percentual gasto até o quadrimestre; 12) Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, desmembrados entre os impostos municipais, transferências da união e transferências do estado; 13) Aplicação na Educação com Recursos do Tesouro, demonstrando inclusive



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aplicação acima do mínimo constitucional exigido; 14) Aplicação no FUNDEB, demonstrando o valor liquidado até o momento; 15) Arrecadação mensal das receitas do FUNDEB; 16) Aplicação na Saúde com Recursos do Tesouro, Auxílios e Transferência, inclusive os valores repassados à ASAMAS (hospital), demonstrando aplicação acima do mínimo constitucional exigido; 17) Finalização e agradecimentos; em seguida, finalizou a apresentação e agradeceu a todos. A seguir, o sr. Presidente abriu a palavra por cinco minutos, para que os vereadores pudessem fazer uso, tendo a sra. Secretária de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas; em seguida, fez uso da palavra o Sr. Francisco de Souza Campos perguntando à sra. Secretária qual tinha sido o resultado orçamentário daquele primeiro quadrimestre, tanto de Receitas e Despesas, e a sra. Elisanita falou que tiveram doze milhões no total; explicou os déficits e que estava coberta pelo superavit do exercício anterior; o sr. Francisco solicitou diversas informações sobre números que ele havia apurado e a sra. Secretária explicou como era calculado o déficit e esclareceu as dúvidas do mesmo; explicou sobre o decreto de contingenciamento, dentre outros esclarecimentos, falou também que os recursos de todas as obras paralisadas estavam garantidos e que elas estavam paralisadas por falta de licitações e que novos investimentos não seriam iniciados enquanto não concluíssem os existentes; disse que fechou dois mil e vinte e dois com caixa que mantinha o município; explanou diversos comentários sobre a arrecadação e déficit do Município; o sr. Vereador agradeceu as explicações; a seguir, o sr. Walter Luís Tozzi de Camargo fez uso da palavra agradecendo a presença da Secretária naquela Audiência e disse que percebeu um aumento na questão de muitos tributos municipais o que mostrava que muitos poderiam pagar à vista, mas falou dos problemas de muitos endividados; falou dos parcelamentos e da necessidade de descontos; esclareceu suas colocações e a sra. Secretária falou dos cinquenta por cento que estavam dando de desconto; o sr. Walter falou da pretensão de aumentar de cinquenta para noventa por cento o desconto, mantendo o parcelamento; a sra. Secretária disse não conseguir, porque fez o impacto e não cabia, o sr. Walter disse de ter algo melhor do que cinquenta, estimulando o pagamento à vista; explicou suas colocações; a sra. Secretária explicou que não existia parcelamento maior do que cento e vinte vezes; explicou toda a dinâmica dos recebimentos, parcelamentos e formato das arrecadações; esclarecendo dúvidas apresentadas pelo vereador; houverem diversas colocações entre o vereador e a sra. Secretária, a respeito da possibilidade de melhorar o percentual daqueles valores; bem como das demais arrecadações municipais; a sra. Secretária disse



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não conseguir mexer mais no percentual entre cinquenta e noventa, e explicou porque da negativa naquela questão; a seguir o sr. Francisco de Souza Campos perguntou qual era a reserva para aquele déficit e a sra. Secretária disse ser por volta de quarenta milhões; o sr. Afonso Lopes da Silva disse ter ficado preocupado com a demora na arrecadação do IPTU naquele ano e perguntou se aquilo havia afetado algo no Município; a sra. Secretária disse que não havia afetado, porque haviam organizado tudo para que o Município não fosse prejudicado explicando os detalhes do trabalho; em seguida, o sr. Silvio Luiz Telles de Menezes disse haver uma preocupação caso não fosse aprovado o REFIS no ano corrente e que ele gostaria que o Executivo melhorasse as possibilidades de parcelamento, para evitar maiores problemas, e que encontrassem um equilíbrio naquela questão; a sra. Secretária lembrou do valor anexado na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2022, que tinha um valor que seria renúncia de Receita que o REFIS era feito baseado na LDO, e quando fez o impacto junto da sua equipe, chegaram naquele montante que não conseguiria mexer, explicando suas preocupações, seu trabalho e sua visão real do REFIS atual; em seguida, fazendo uso da palavra o sr. Presidente da Casa, Romilson Nascimento Silva, disse que ele lá atrás achou razoável o REFIS; lembrou que tinham anteriormente sessenta e cinco por cento para juros e multas e chegaram a noventa; teceu comentários a respeito; a sra. Secretária lembrou que foi dado quinze por cento de desconto no IPTU à vista; houveram diversas explicações sobre os valores do IPTU e troca de informações entre o vereador e a sra. Secretária e o sr. Romilson disse que para ele estava razoável o REFIS; a sra. Secretária mais uma vez justificou porque não seria possível os noventa por cento; o sr. Romilson disse que tinha de lembrar da questão do equilíbrio que tinham de buscar para o REFIS; a sra. Secretária disse dos problemas que um REFIS não bem estruturado poderia causar ao Município; em seguida, o sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que cinquenta por cento não parecia ser tão estimulante para quem estava com a situação precária, justificando suas colocações; disse ser legítimo os vereadores apresentarem emenda e provavelmente seria aquilo que iria acontecer, alterando aquele percentual; a sra. Secretária disse que precisaria do impacto se alterasse o percentual e o sr. Walter disse que, conseqüentemente, poderia haver o veto ao projeto, que seria derrubado pela Casa, ele acreditava naquilo; falou dos impasses; a sra. Secretária explicou que houve anos atrás uma solicitação dos vereadores que foi atendida pelo Executivo e que naquele momento eles queriam fazer uma emenda na própria solicitação e ela não entendia aquela dinâmica; disse ainda que a Câmara poderia fazer uma emenda, mas tinha que apresentar um impacto



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e explicou as razões do impacto; o sr. Walter disse que iria insistir no pedido dele; o sr. Afonso Lopes da Silva também entrou naquela conversa argumentando suas dúvidas naquela questão do desconto e a sra. Secretária continuou explicando a dinâmica dos cálculos e as suas conclusões; exemplificou diversas reuniões acontecidas no período da pandemia; em seguida, o sr. Silvio Luiz Telles de Menezes disse que leu no projeto onde dizia que não seria necessário impacto financeiro naquela lei e a sra. Secretária disse que o impacto já estava previsto e se fizessem emenda precisaria de outro impacto; o sr. Silvio Luiz Telles de Menezes argumentou que quando falavam em dívida seria uma esperança para as pessoas pagadoras; a sra. Secretária exemplificou que a maior parte das pessoas que parcelavam não pagavam mais de três parcelas; continuou suas explicações sobre os cálculos feitos para impactar os juros; falou sobre diversos impactos feitos na sua Pasta para valores trabalhados em diversos impostos; o sr. Silvio Luiz Telles de Menezes disse das preocupações que os munícipes tinham em pagar e a sra. Elisanita continuou esclarecendo as dificuldades para calcular o melhor caminho; em seguida, o sr. Francisco de Souza Campos falou das suas preocupações em relação à Despesa liquidada, dos valores liquidados no ano anterior e no atual; disse também que se continuassem naquele ritmo eles iriam esgotar; a sra. Secretária disse que tudo foi muito bem estudado para chegarem nos valores apresentados e explicou cada trabalho feito para chegarem naqueles resultados; o sr. Afonso Lopes da Silva falou sobre a folha de pagamento, dizendo que a sra. Secretária falava que iriam ter várias áreas de impacto; a sra. Elisanita disse que o Prefeito fechou o valor no percentual que ele achava coerente, e ela ficou preocupada para que continuasse havendo o equilíbrio entre a Receita e a Despesa, e que trabalhar com planejamento, mesmo estando em uma situação melhor do que alguns municípios, não era fácil; o sr. Walter Luís Tozzi de Camargo perguntou sobre a dinâmica das horas extras; e a sra. Secretária disse que cada Secretaria iria ter a dinâmica dela para apresentar esse processo; explicou sobre as contratações por concurso; falou esmiuçando os detalhes das horas extras e esclarecendo as dúvidas do vereador em questão; em seguida, o sr. Walter Luís Tozzi de Camargo perguntou como seriam pagas as horas extras excedias em atraso, e a sra. Secretária disse que desconhecia as horas extras em atraso, mas que cada servidor, pelo estatuto poderia fazer duas horas extras apenas, e que cada Secretaria iria cuidar da sua Pasta; o sr. Walter disse que haviam situações atípicas, como por exemplo na área de Esportes que haviam atividades nos finais de semana e que saiam um pouco do calendário do Secretário e a sra. Elisanita explicou que já havia conversado com o Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a respeito daquela situação e entraram em entendimentos sobre as situações apresentadas e que cada Secretário estava fazendo a sua dinâmica. Em seguida, a sra. Secretária agradeceu a todos pelo trabalho em conjunto feito pelo Executivo e Legislativo; falou da importância da realização daquela audiência e dos questionamentos sobre os números aplicados no Município; teceu comentários sobre os trabalhos que buscavam aplicar a toda cidade e se colocou sempre a disposição. Em seguida, o senhor Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e perguntou se tinha alguém que gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo, deu por encerrada aquela Audiência Pública de Metas Fiscais. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.



Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente



Vereadora Erivelton Marcos Proêncio
Vice-Presidente



Vereador Francisco de Souza Campos
Secretário